

O MOVIMENTO OPERÁRIO E SINDICAL EM PASSO FUNDO-RS (1930-1945)

Alessandro Batistella¹

Resumo. Este trabalho tem o objetivo de analisar o movimento operário e sindical em Passo Fundo durante os anos de 1930 a 1945, salientando que o objeto de estudo são os trabalhadores urbanos e suas organizações. Para tais propósitos, em virtude da pouca documentação sindical do período em foco, foram mais utilizadas, como fontes, os jornais locais. Enfatizar-se-á, ao longo do texto, a disputa entre o modelo de sindicato oficial e as associações autônomas, os movimentos sócio-políticos ocorridos na cidade e o papel do Círculo Operário Passofundense para a consolidação do sindicalismo oficial. O presente estudo nos leva à conclusão de que em Passo Fundo houve uma forte influência dos comunistas até 1935, influência esta reprimida e que abriu caminho para a hegemonia do Círculo Operário na cidade.

Palavras-chave: movimento operário, sindicalismo, Círculo Operário, Passo Fundo.

The trade union and workers' movement in Passo Fundo-RS (1930-1945).

Abstract. This paper has as main goal to analyze the worker and syndicate movements in Passo Fundo during the years of 1930 to 1945, protruding that this study goals are the urban workers and their organizations. For main purpose, in due to the few syndicate documentation on the focused period, the local papers were more used as source. It will be emphasized, in the focused period, a dispute between the official syndicate model and the autonomous associations, the socio-political movement occurred in the city and the Passofundense Worker Circle (Círculo Operário Passofundense) role to the official syndicalism consolidation. This study concludes that in Passo Fundo has happened a strong communist influence until 1935, which was repressed and had opened a hegemonic Círculo Operários's path into the city.

Key-words: workers movement, syndicalism, Círculo Operário, Passo Fundo.

1 Introdução

Durante a República Velha, a quase totalidade da população brasileira vivia excluída. Embora, pelo menos formalmente, vivia-se em um regime democrático, na prática nem todos estavam aptos a exercer a cidadania, uma vez que a Constituição de 1891 vedava a participação dos analfabetos e das mulheres. Dessa forma, em um país em que mais de 80% da população era iletrada, a participação política era um direito de poucos - antes de 1930 o número de votantes em relação ao total potencial de eleitores jamais ultrapassou a casa dos 3,5% (Cf. CARVALHO, 1991).

Quanto aos direitos sociais, em especial os direitos do trabalho, esses passaram longe da Carta de 1891, evidenciando que a herança escravocrata fazia-se presente nas formas de tratar o trabalhador. Naquela época, os trabalhadores brasileiros enfrentavam jornadas de trabalho entre 12 e 15 horas diárias, não tinham direito ao descanso semanal, às férias, a leis protetoras (acidentes, invalidez, doença...) e previdenciárias, etc.

Nesse contexto excludente, a classe trabalhadora organizou-se em associações mutualistas e, posteriormente, em sindicatos. As associações mutualistas, que constituíam a maioria das associações nessa época, tinham um caráter assistencial e, geralmente, apolítico. Os sindicatos, por sua vez, diferenciavam-se principalmente pela existência, no seu seio, de diversos ideários políticos, dentre eles as diferentes vertentes do anarquismo e do socialismo, além do cristianismo social, do positivismo, posteriormente do comunismo, dentre outros.

Em Passo Fundo, durante a Primeira República, surgiram duas organizações de classe. Sem dúvida, a principal delas foi a Sociedade Operária Beneficente, fundada em 1909, que se caracterizava por ser uma entidade mutualista e apolítica (pelo menos até meados da década de 1930). Também havia uma Associação dos Ferroviários, que era uma espécie de filial da associação/sindicato de Santa Maria.

Nesse contexto potencialmente gerador de conflitos, as greves foram a principal via de reivindicação dos trabalhadores. Dentre os anos de 1917-1920 houve inúmeras manifestações e movimentos parciais, tanto que esse período é considerado os “anos áureos” do movimento operário na Primeira República. A pressão pelos direitos sociais, sobretudo as leis trabalhistas, foi tamanha que a “questão soci-

al” tornou-se um tema recorrente e muito discutido no Congresso Nacional.²

Contudo, exceto as greves ferroviárias de 1917 e 1919, não se tem notícias sobre greves em Passo Fundo durante a República Velha. Porém, isso não significa que os trabalhadores passofundenses estavam na absoluta inércia. Pelo contrário, durante a década de 1920, os trabalhadores locais lutaram contra a jornada de trabalho que chegava a 14 horas diárias, luta essa que se estendeu até meados da década de 1930.

Após a Revolução de 1930, e ao longo do período 1930-1945, o governo varguista empreendeu uma nova orientação, procurando valorizar o trabalho e o trabalhador. Para tais propósitos, uma das primeiras medidas foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, além da promulgação de uma série de leis trabalhistas³ e a Lei de Sindicalização. Nesse sentido, há inúmeras análises historiográficas e sociológicas acerca do tema.

No entanto, apesar dos inúmeros trabalhos acerca do movimento operário e sindical, dos diferentes enfoques e delimitações, tanto temporais quanto espaciais, ainda encontramos grandes lacunas. E uma dessas lacunas pode ser sentida em Passo Fundo, cuja trajetória dos trabalhadores, assim como de suas associações e sindicatos, está no absoluto ostracismo.

Embora Passo Fundo nunca tenha sido um pólo industrial, indubitavelmente a cidade abrigou um significativo número de trabalhadores, que reivindicaram por direitos sociais, escolheram as suas ideologias, filiaram-se aos sindicatos oficiais e autônomos, participaram da história do país, do estado e da cidade, além de possuírem uma cultura e um imaginário. Em outras palavras, tiveram a sua história.

Portanto, esse artigo tem como finalidade analisar o movimento operário e sindical em Passo Fundo – salientando que serão focalizados os trabalhadores urbanos (não abrangendo os trabalhadores rurais) e as associações e sindicatos de empregados (não englobando o sindicalismo patronal) – durante os anos de 1930 a 1945, procurando responder as seguintes questões: a) avaliar o processo de gestação dos primeiros sindicatos em Passo Fundo; b) ponderar sobre os principais movimentos sociopolíticos dos trabalhadores locais durante esses anos;

² Em virtude das lutas e manifestações promovidas pelos trabalhadores surgiram as primeiras leis trabalhistas – Lei de Acidentes de Trabalho (1919), formação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (1923), Lei de Férias (1925) e um Código de Menores (1926).

³ No entanto, devemos lembrar que algumas dessas leis foram criadas antes de 1930, mas raramente eram cumpridas pelos patrões.

c) analisar os sindicatos autônomos na cidade; d) examinar como se deu a consolidação do sindicalismo oficial na cidade; e) verificar as correntes político-ideológicas que influenciam o movimento operário e sindical do período em foco.

2 A criação do Ministério do Trabalho, a promulgação das leis trabalhistas e a lei de sindicalização

A Revolução de 1930 marcou o início da intervenção direta do Estado nas questões vinculadas ao mundo do trabalho. De fato, uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. Com a criação desse Ministério, o Poder Executivo tomava diretamente para si a formulação e a execução de uma política trabalhista (D'ARAÚJO, 2003).

Entre 1930 e 1934, o Ministério do Trabalho, além de valorizar o trabalhador brasileiro, muitas vezes preterido ante o estrangeiro, através da “Lei de Nacionalização do Trabalho” ou “Lei dos 2/3” – Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930 –, editou uma série de medidas e de leis trabalhistas. Contudo, devemos lembrar que algumas dessas leis já existiam antes de 1930, porém, muitas não eram cumpridas pelos patrões, enquanto outras eram limitadas a algumas categorias, como ferroviários e portuários.

Ademais, é importante salientar que a legislação trabalhista, previdenciária e sindical estava voltada para uma população de trabalhadores urbanos, enquanto os trabalhadores rurais, autônomos e domésticos (constituindo a maioria da população trabalhadora do país) ficaram de fora da estrutura de proteção que então se inaugurava.

De qualquer maneira, com a criação do Ministério do Trabalho, o quadro da política do novo regime com relação à classe trabalhadora começava a se delinear, mas seus contornos só iriam tornar-se realmente mais claros em março de 1931, quando o Decreto nº 19.770, a Lei de Sindicalização, editada por Lindolfo Collor, o primeiro ministro do Trabalho da era Vargas, estabeleceu as novas normas de sindicalização (GOMES, 2005).

Segundo Ricardo Antunes (2003), esse decreto, além de estabelecer o sindicato único por categoria, outorgava o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado, permitia aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das as-

sembléias sindicais, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de estrangeiros nos sindicatos. E mais, a lei de sindicalização atingia todas as associações de classe, quer fossem de empregados, quer fossem de empregadores.

Portanto, a lei de sindicalização de 1931 vinha transformar e, ao mesmo tempo, concorrer com o padrão de associações até então existentes no movimento operário. Por meio dela, os sindicatos eram legalmente reconhecidos – o que era um velho desejo dos trabalhadores, sempre rejeitado pelo patronato. Contudo, a lei também criava restrições. Consagrando o princípio da unidade e definindo o sindicato como órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o decreto trazia as associações operárias para a órbita do Estado (GOMES, 2002). Seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional (GOMES, 2005).

Para Maria Celina D’Araújo (2003), o modelo sindical brasileiro foi, assim, construído visando ao controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. Visava a impor uma filosofia social em contraposição à filosofia individualista do liberalismo ou à filosofia classista do marxismo. Essa “terceira via” traduziu-se no corporativismo e, com ela, buscava-se manter as hierarquias, mas diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito, banir a luta de classes e gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz.

Segundo Astor Diehl (1990), o corporativismo pode ser definido como uma doutrina que propugna a organização da coletividade, baseado na associação representativa dos interesses e das atividades profissionais (corporações). Propõem, graças à solidariedade orgânica dos interesses concretos e às fórmulas de colaboração que daí podem derivar, a remoção ou neutralidade no plano econômico, a luta de classes no plano social, as diferenças ideológicas no plano político.

Em suma, apesar de curto, o período de Lindolfo Collor no Ministério lançou as bases do sindicalismo corporativista no Brasil (consagrado a partir de 1943 através da CLT). Além disso, foi sob a sua tutela que se iniciou o processo de produção e de implementação das leis trabalhistas, que iriam ser concluídas por seu substituto Joaquim Pedro Salgado Filho.

Empossado em 1932, após uma crise ministerial, Salgado Filho seria ministro até julho de 1934, quando da promulgação da nova Constituição. Foi durante a sua administração que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil: leis trabalhistas (horário, férias, trabalho feminino e de menores), leis previdenciárias (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões para várias categorias profissionais através de Institutos de Aposentadorias e Pensões, os IAPs), além da sanção de mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissão e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas de Trabalho, compostas por representantes de empregadores e empregados e coordenadas por um bacharel em Direito, representante do Estado). Dessa maneira, tratou-se de um período-chave, no qual o Estado assumiu a primazia incontestável do processo de elaboração da legislação social (GOMES, 2005).

De qualquer forma, é importante ressaltar que as primeiras medidas no âmbito social do Governo Provisório tinham duas faces: de um lado, o governo reconheceu a necessidade e a importância da promulgação das leis sociais e trabalhistas, visto que a Primeira República foi palco de intensas mobilizações e reivindicações nesse sentido; de outro, o governo limitou a autonomia dos sindicatos, atrelando-os ao Estado, e criou os pilares do sindicalismo corporativista no Brasil.

Em suma, a política sindical tinha alguns objetivos muito claros: combater o comunismo e outras ideologias contestatórias presentes no movimento operário; tornar o sindicato uma associação apolítica; promover a paz social, intervir e controlar diretamente a produção através do sindicalismo patronal, entre outros. Já a política trabalhista nada mais era do que o reconhecimento das leis sociais, conquistadas através das mobilizações dos trabalhadores ao longo da Primeira República. Portanto, apenas considerar as leis sociais como uma doação, como uma simples “outorga” ou como uma estratégia de cooptação é desqualificar a própria história de mobilizações e lutas dos trabalhadores durante o pré-1930.

Além disso, a política sindical e trabalhista do Governo Provisório também possuía objetivos claros no âmbito econômico. Nesse sentido, tinha como meta criar atrativos para os trabalhadores saírem do campo e se dirigirem ao trabalho industrial nas cidades, já que, nos anos 1930, o Brasil era um país rural e a maior parte da população (75%) ainda estava no campo. Nesse contexto, a legislação sindical, ao criar alguns direitos apenas para os trabalhadores urbanos, introduzia

uma maneira de tornar o trabalho industrial mais atrativo (D'ARAÚJO, 2003).

Contudo, é importante atentar não apenas para as conquistas materiais, mas também para aquilo que Angela de Castro Gomes chama de “conquistas simbólicas” dos trabalhadores. Ou seja, mesmo que as condições de vida dos trabalhadores no pós-1930 não tivessem sido imediatamente mudadas, o direito de férias, a jornada de trabalho estipulada em lei e, sobretudo, a Carteira de Trabalho, formaram um universo de medidas capazes de agir sobre seu imaginário, pois, agora, ser trabalhador não é mais motivo de vergonha ou de preconceito. Uma nova tradição, assim, começava a ser construída.

Voltando à questão sindical, embora, na teoria, o Decreto nº 19.770 não tornasse a sindicalização obrigatória, na prática, ela tornou-se, uma vez que apenas os sindicalizados poderiam gozar dos benefícios da legislação trabalhista e recorrer às Comissões de Conciliação e Julgamento (Decreto nº 22.132, de 1932). Para o sindicato ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho deveria atender a uma série de exigências, dentre as quais, o envio da ata dos trabalhos de instalação das associações classistas, da relação dos sócios e da cópia dos estatutos, juntamente com o pedido de reconhecimento àquela agência do Estado, que, a seu arbítrio, a concederia ou não (VIANNA, 1989). Ademais, “com a instituição das carteiras de trabalho criava-se um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora” (GOMES, 2005, p. 167).

Dessa forma, além de estimular a criação de sindicatos oficiais, o governo combateu os sindicatos autônomos, pois seus dirigentes passaram a sofrer pressões de suas próprias bases que, visando usufruir as benesses da legislação, exigiam a busca pelo reconhecimento do Ministério (MATTOS, 2003).

Foi na área sindical-trabalhista, portanto, que o governo Vargas mais inovou, mas essas inovações não foram impostas sem resistências das direções de alguns sindicatos. De fato, no seu início, a política de sindicalização encontrou resistências, por razões distintas, tanto do empresariado quanto dos trabalhadores.

Segundo Angela de Castro Gomes (2002), o empresariado temeu o avanço do poder intervencionista do Estado em seus “negócios privados” e em sua bem montada e rica estrutura associativa, além de ver nesse poder uma clara intenção de proteger os trabalhadores - o que implicava custos materiais imediatos, como o da obediência às leis já existentes.

Segundo a mesma autora (Ibid.), no que se refere à reação dos trabalhadores, o quadro foi dos mais complexos, pois houve setores do movimento operário que viram com interesse a proposta corporativa, apoiando e utilizando-a, até porque garantia negociações com o patronato; outros a consideraram perigosa pelos riscos que impunha à autonomia das associações operárias, mas caminharam para sua aceitação por julgá-la inevitável; e houve setores que a recusaram inteiramente, reagindo ante as investidas da política governamental.

Como demonstra Ângela Araújo (1996), um dos setores do movimento operário que viram com “bons olhos” a proposta corporativa foi um conjunto de correntes sindicais, de cunho reformista, denominada - pejorativamente - de “amarelos”. No final dos anos 1920, a prática dos sindicatos “amarelos” caracterizava-se por um estrito *trade-unionismo*. Apesar de enfraquecidos pela repressão, pela concorrência dos comunistas e pela própria incapacidade de desenvolver qualquer unidade de ação e de organizar-se como corrente sindical, o sindicalismo “amarelo” ainda era a força predominante no movimento sindical do Rio de Janeiro, tanto que Boris Fausto (1977) o denominou de “trabalhismo carioca”.

Portanto, foram as correntes reformistas, ou “amarelas”, que deram vida imediata ao projeto sindical do Governo Provisório, procurando oficializar imediatamente os sindicatos sob o seu controle, além de parte deles associar-se ao Ministério do Trabalho tanto na realização de uma intensa campanha de sindicalização quanto no combate aos sindicatos autônomos. No entanto, o apoio destas correntes sindicais à política social e sindical do governo não permite identificá-la como meros agentes do Estado no movimento operário, pois isto significaria entender este apoio como uma adesão acrítica, como uma aceitação passiva de todos os seus pontos. Nesse sentido, é importante salientar que o sindicalismo reformista desenvolveu, nos anos 1930, um projeto corporativista próprio, que se diferenciava do projeto estatal em duas questões importantes: a defesa da autonomia sindical e a construção de um “poder sindical”, a partir da representação sindical nas empresas, capaz de limitar a liberdade e o arbítrio patronal (ARAÚJO, 1996).

Do outro lado, havia as correntes trotskistas e comunistas. A corrente trotskista era formada por dissidentes do PCB e surgiu como tendência organizada no Brasil nos primeiros meses de 1930. Apesar de denunciar os perigos que a investida governamental representava à autonomia das associações operárias, caminharam, estrategicamente, para sua aceitação (Ibid.).

Os comunistas, por sua vez, defendendo a independência dos sindicatos em relação ao Estado, inicialmente resistiram à proposta corporativa e combateram a Lei de Sindicalização. O combate à sindicalização oficial levou os comunistas a denunciar sistematicamente os sindicatos criados pelo Ministério do Trabalho, a criticar energicamente os sindicatos livres que pediam reconhecimento e a criar sindicatos paralelos aos já oficializados (Ibid.).

Em Passo Fundo, também houve associações autônomas, que não aderiram à política de sindicalização do governo federal. A primeira delas foi Legião Proletária Rio-Grandense, criada em março de 1932 e tendo as seguintes finalidades: a) desenvolver o verdadeiro espírito de classe, união e solidariedade que devem existir entre os trabalhadores; b) fomentar a cultura intelectual, moral e física, e incentivar as atividades cívicas no seio do operariado por meio de aulas, conferências e exercícios ginásticos; c) sustentar e defender perante os poderes públicos e os patrões os direitos, interesses e aspirações dos operários; d) lutar pelas reivindicações imediatas da classe operária relativas ao seguro social contra desemprego, doença, velhice, invalidez e morte, criação de Cooperativa dos trabalhadores, etc. (*O NACIONAL*, 17 mar. 1932).

A Legião Proletária também se caracterizaria por aglutinar, na sua diretoria, alguns comunistas, como Jonathas Diniz e João Junqueira Rocha. Ademais, convém ressaltar que a Legião Proletária também teve um grande número de adesões. Só em Passo Fundo, o número de “legionários” ultrapassavam os 100 (*O NACIONAL*, 31 mar. 1932). Quanto às ações pragmáticas, a Legião Proletária proporcionaria, a partir do final de maio de 1932, aulas noturnas do ensino primário aos legionários, além de entrar na briga em prol da jornada de trabalho de 8 horas.

1934 seria um ano-chave para as duas entidades autônomas de Passo Fundo. Neste ano, o advogado comunista João Junqueira Rocha reassumira a presidência da Sociedade Operária e lhe imprimiria uma nova orientação. Dessa forma, a Sociedade Operária abandonaria a sua posição apolítica e se aproximaria, juntamente com a Legião Proletária, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), que, após a sua reorganização, estava sob o controle dos comunistas. Esta aproximação com a FORGS resultaria na coalizão da Sociedade Operária e da Legião Proletária em prol da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária – que abordaremos mais adiante.

Outro fator de concorrência para o sindicalismo oficial foi a política social da Igreja Católica. Impedida pelo Estado liberal de participar das grandes decisões, a Igreja Católica viria, ainda nos anos 1920, a desenvolver estratégias que lhe possibilitassem recuperar sua hegemonia no seio da sociedade civil e as repercussões desse projeto se fizeram sentir na década de 1930, através da criação de movimentos laicos, como a Liga Eleitoral Católica (LEC), os Círculos Operários e a Ação Social Brasileira (PETERSEN e LUCAS, 1992).

A ofensiva da Igreja Católica na sociedade teve como pivô a questão social, cujo equacionamento estaria nos ensinamentos das encíclicas papais. Nesse sentido, em 1931, o papa Pio XI, através da encíclica *Quadragesimo Anno* - que retomava, em outros termos, a *Rerum Novarum* - adotava um caráter mais ofensivo para as posições políticas da Igreja. Segundo Astor Diehl (1990, p. 20), “o sentido da encíclica de 1931 foi de harmonizar organicamente, na prática, o capital e o trabalho”. Porém o projeto estatal de monopolizar os sindicatos representava um obstáculo à implantação da política social da Igreja Católica.

Embora a *Rerum Novarum* manifestasse objetivamente o ideal corporativo, construído a partir da intervenção de teóricos legitimistas e católicos, o corporativismo da Igreja se desenvolve à margem da modernização econômica, tentando soluções por meio da harmonização entre as partes envolvidas: o empregado e o empregador. Prepõe a solução da “questão operária” através dos elementos intermediários, como a família, a corporação profissional e a descentralização da sociedade. Estes seriam os remédios dos problemas sociais (Ibid.).

Entretanto, embora a Igreja Católica, pelo menos até 1935, fora um contundente elemento de oposição à implantação do sindicato tutelado pelo Estado, no Rio Grande do Sul a organização operária católica demonstrou uma profícua similitude com a do Estado, embora diferenciados. Isso se torna evidente com a fundação dos Círculos Operários.

Aliás, o estudo acerca dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul é revelador nesse sentido. Por exemplo, o Círculo Operário Pelotense (COP) - o pioneiro, fundado em 1932 -, um ano após a sua fundação já contava com três mil sócios e dez sindicatos filiados e reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e, como reconhecimento aos serviços prestados, o Governo Provisório, por Decreto de 25 de setembro de 1933, o declarou de “utilidade pública”. Aliás, os interes-

ses do COP constituíam-se em associar operários, prestar assistência e combater o comunismo (Ibid.).

Mas apesar das resistências, em nível nacional, o processo de reconhecimento dos sindicatos foi progressivo. Sem dúvida, a partir de 1933 ocorreram transformações neste quadro, marcado pela resistência e competição. Em novembro, ocorreriam as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e o Código Eleitoral de 1932 estabelecia a representação classista, isto é, ao lado da bancada proporcional haveria uma de trabalhadores e empregadores, representando os ramos da produção do país. Ou seja, além dos parlamentares eleitos pelo voto direto dos eleitores, participariam representantes das associações de classes eleitos indiretamente por delegados escolhidos pelos sindicatos de suas respectivas categorias profissionais. Assim, a possibilidade de participação na Assembléia Nacional Constituinte foi outro fator de estímulo à densidade sindical, levando muitas lideranças combativas a buscarem, estrategicamente, o registro.

De uma forma geral, em nível nacional, pode-se assinalar que, de um lado, houve um grande esforço de parte do movimento sindical para preservar seu espaço de independência, denunciando, resistindo e entrando em choque aberto com a orientação ministerial, e, de outro, houve a tentativa do Ministério, em parte bem-sucedida, de conquistar os sindicatos existentes ou de criar novos sindicatos sob a égide da política governamental. Assim, o período que vai de 1931 a 1933 foi de franca disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizando-se pela existência paralela de um sindicalismo oficial e de um sindicalismo independente, não importando aí que tipo de corrente de esquerda o dominasse (GOMES, 2005).

Contudo, a partir de 1933-1934 tornou-se extremamente difícil, para as lideranças de esquerda, e pouco atraentes, para os trabalhadores, sustentar a postura de defesa das associações independentes. Na verdade, o que fica claro é que o Estado, desde 1933-1934, com a carteira de trabalho e as exigências para a participação na representação classista da Assembléia Nacional Constituinte, atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Só “quem tem ofício – que é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – tem benefício” (Ibid., p. 179).

Entretanto, é preciso distinguir claramente o enquadramento sindical de 1933-1934, tanto no que diz respeito ao meio empresarial como às classes trabalhadoras, de uma adesão acrítica ao modelo de sindicalismo corporativista proposto pelo Estado. Neste agitado perí-

do, o sindicalismo oficial passou a abrigar tendências políticas diversas e insubmissas ao Ministério do Trabalho. Assim, o destino da organização sindical e das relações da classe trabalhadora com o Estado não estava definido, uma vez que o enquadramento não traduzia uma postura de derrota e subordinação das correntes independentes do movimento operário (Ibid.).

Portanto, a entrada dos comunistas nos sindicatos oficiais não pode ser considerada uma adesão ao projeto sindical do governo Vargas. Na verdade, ela foi concebida como uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical, além de também procurar manter a independência política destes sindicatos perante o Estado. Porém, devemos salientar que ela também representou um rompimento com o campo da resistência à implantação do sindicalismo corporativista e contribuiu para o esvaziamento dos sindicatos autônomos (ARAÚJO, 1996).

3 Sindicatos oficiais em Passo Fundo (1932-1935): primeiras tentativas

Com a política de sindicalização e os benefícios sociais a ela intrínsecos, não tardou para se iniciarem em Passo Fundo as articulações para a criação de sindicatos oficiais. Nesse sentido, o pioneiro foi o Sindicato dos Contabilistas, fundado em dezembro de 1932. Porém, as preparações para a criação desse sindicato iniciaram-se, mais precisamente, no dia 15 de novembro daquele ano. Nesta ocasião, liderado por Lino Schell de Quadros, um grupo formado por contadores locais se reuniram na sede da Sociedade Operária Beneficente para tratarem da fundação da entidade, que seria filiada ao Sindicato dos Contabilistas Riograndenses, sediado em Porto Alegre (*O NACIONAL*, 17 nov. 1932).

Dias depois - dia 20 -, após uma nova reunião, por unanimidade, decidiu-se pela criação do sindicato. Segundo noticiou um jornal local:

(...) A filial de Passo Fundo procurará sindicalizar todos os contadores aqui existentes e legalmente habilitados; ter um entendimento com a Associação Comercial local, para a qual prestará o seu decidido apoio; dirigir-se ao comércio local e aos poderes públicos do município e da justiça, dando uma relação dos sócios inscritos; e procurando criar com o comércio laços de mais estreita solidariedade, com a finalidade de só se

rem aproveitados na sua profissão os que estiverem legalmente escritos nos quadros do Sindicato. (*O NACIONAL*, 21 nov. 1932, p. 3).

Portanto, o Sindicato dos Contabilistas, prestes a ser fundado, não vinha apenas ao encontro da política de sindicalização empreendida pelo governo federal, mas ia além, na medida em que praticamente obrigava os contadores locais a se sindicalizarem para poderem exercer a sua profissão.

Os preparativos para a fundação do sindicato transcorreram normalmente durante o final do mês de novembro. Finalmente, em 4 de dezembro de 1932, foi formalmente fundado o Sindicato dos Contabilistas Passofundenses, contando com 30 sócios. O recém-criado sindicato também pretendia aumentar a sua esfera de ação, abrangendo Marcelino Ramos até Cruz Alta ou Santa Maria, com o intuito de “congregá-las para o seu quadro social, constituindo, assim, com os seus co-irmãos de Porto Alegre e Pelotas, associações com poderoso núcleo de sindicalizados, não deixando nenhum contador fora dos quadros sociais” (*O NACIONAL*, 5 dez. 1932, p. 3). Outra intenção do Sindicato dos Contabilistas Passofundense era formar, juntamente com os sindicatos de Porto Alegre e Pelotas, a Federação de Sindicatos dos Contabilistas.

No dia 6 de janeiro de 1933, realizou-se a eleição da primeira diretoria do Sindicato dos Contabilistas de Passo Fundo, sendo eleito presidente Pindaro Annes e vice Lino Schell de Quadros. No entanto, ainda faltava o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho, reconhecimento este que ocorreu somente em meados de agosto/setembro de 1933.

No entanto, este sindicato não teria vida longa. Em abril de 1935, o sindicato foi fechado pelos próprios sócios. O motivo do fechamento da entidade foi revelado em uma entrevista por um membro da diretoria do extinto sindicato. Segundo ele, “dada à má vontade de muitos sindicalizados, a quem falecem conhecimentos e consciência da classe que representam, a existência do sindicato se tornou insustentável, apesar dos esforços ingentes da diretoria” (*O NACIONAL*, 6 abr. 1935, p. 4). Ou seja, esse sindicato, não se sabe por qual razão, tornou-se desinteressante para os contabilistas locais e, assim, acabou esvaziando-se.

Nessa mesma época, em abril de 1933 para ser mais exato, iniciaram-se as articulações para a criação de um sindicato para os trabalhadores do comércio local, que vinham, desde o final da década de

1920, pleiteando alguns direitos trabalhistas. Como a sindicalização era uma alternativa para que as suas demandas fossem atendidas e que pudessem gozar das benéficas da legislação, uma vez que apenas os trabalhadores sindicalizados teriam direitos a ela, os próprios trabalhadores articularam-se para fundar o sindicato.

Assim, no dia 30 de abril, foi fundado o Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio, que tinha por objetivo desenvolver o espírito de solidariedade entre os trabalhadores do comércio, fomentar-lhes a cultura moral, intelectual e física, incentivar-lhes as virtudes cívicas, sustentar e defender perante os poderes públicos e os patrões os seus direitos e interesses e, finalmente, lutar pelas reivindicações imediatas da classe relativas ao seguro social contra o desemprego, doença, velhice, invalidez e morte, criação de aposentadoria e pensões, aumento de salário, diminuição do tempo de trabalho, etc. (*O NACIONAL*, 15 mai. 1933).

No dia 1^a de maio de 1933, na sede da Sociedade Operária, ocorreu a sessão inaugural do Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio. Nesta sessão, que contou com a presença de 46 comerciários, foram discutidos os estatutos do futuro sindicato. Além disso, também foi marcada uma nova reunião para o dia 7 de maio, quando se pretendia proceder a leitura da redação final e a aprovação definitiva dos estatutos para que estes pudessem ser remetidos ao Ministério do Trabalho (*O NACIONAL*, 2 mai. 1933).

Em outra sessão, realizada no dia 11 de maio, foi eleita a primeira diretoria do recém-criado sindicato, cuja presidência coube a João Kurtz Filho (*O NACIONAL*, 15 mai. 1933). Ainda no seu primeiro mês, pelo menos 72 comerciários tinham aderido ao sindicato.

Contudo, esse sindicato também não lograria sucesso. Não se tem notícia se os seus estatutos foram realmente enviados ao Ministério do Trabalho ou se este os rejeitou. O fato é que o sindicato não foi reconhecido e, conseqüentemente, os trabalhadores do comércio de Passo Fundo não puderam gozar plenamente dos benefícios da legislação trabalhista. Assim, logo ele se viu esvaziado, sobretudo após a criação da União Geral dos Trabalhadores e, principalmente, da organização da Aliança Nacional Libertadora (ANL) na cidade.

Porém, devemos lembrar que esse sindicato seria novamente fundado em 1937. Assim, voltaremos a abordá-lo futuramente.

4 O círculo operário passofundense (1934)

Em consequência da política de expansão do circulismo, a 19 de setembro de 1934, no salão nobre da Sociedade Italiana, foi fundado o Círculo Operário Passofundense (COPF). Na assembléia de fundação compareceram mais de 100 pessoas entre operários, industrialistas e intelectuais. Nessa mesma oportunidade, o padre Paschoal Librelotto, delegado geral dos diversos círculos do estado, fez uma longa exposição das vantagens das associações de operários que propugnavam pelos seus direitos dentro da ordem e das leis. Em seguida, foi eleita uma diretoria de operários para dirigir o Círculo, recaindo a presidência no operário João dos Santos Souza (*O NACIONAL*, 21 set. 1934).

Calcado nos moldes já existentes em Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande, Cruz Alta e Carazinho, o Círculo Operário Passofundense tinha como suas metas: a) cultura intelectual, moral, social e física, pela fundação das escolas, realização de conferências, clubes esportivos, etc.; b) proteção social e eficiente nas oficinas, escolas e lares; c) auxílio jurídico, médico e material, pelas várias formas de beneficência e mútuo socorro; d) sindicalização das classes proletárias (*O NACIONAL*, 21 set. 1934).

Inicialmente, o Círculo Operário Passofundense teve uma participação discreta na história do movimento operário e sindical da cidade. Isso se deve à concorrência da Sociedade Operária, da Legião Proletária e dos sindicatos oficiais, que, no início, despertavam o entusiasmo dos trabalhadores de Passo Fundo.

Porém, a partir de 1936, em virtude da repressão empreendida sobre o sindicalismo autônomo e com o insucesso dos primeiros sindicatos oficiais na cidade, o COPF foi, gradativamente, ganhando terreno. A partir de 1937, sua influência se faria sentir com toda a força, como abordaremos no decorrer do artigo.

5 A reconstitucionalização do país e as mobilizações político-sociais (1933-1935)

Devido às pressões, o governo não tinha outra saída senão convocar a Assembléia Nacional Constituinte. Embora com a nova Constituição o país entrasse num período de normalidade constitucional, a movimentação política continuava intensa. De fato, o fim do regime

discricionário estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social com a eclosão de várias greves, no período 1934-1935, no país.

No Rio Grande do Sul, esse período também foi marcado pela eclosão de inúmeras greves, principalmente em Porto Alegre e Pelotas. O principal motivo para a deflagração desses movimentos paredistas foram as manobras patronais para fugir à execução das leis trabalhistas. No entanto, muitas dessas greves foram reprimidas pela ação policial. Portanto, se houve uma intensa mobilização dos trabalhadores, ao mesmo tempo a repressão também se fez presente.

Nesse sentido, segundo Diorge Konrad (2000), não há um rompimento absoluto com a linha de atuação do Estado e da burguesia do pré-1930 (que insistia em não cumprir a legislação trabalhista) acerca da “questão social”, pois, em todas as vezes em que foi necessário, o Estado, através da polícia, continuou utilizando a repressão e a violência como forma de “solução” das questões sociais. Em Porto Alegre, por exemplo, a polícia fechou várias associações operárias, inclusive a FORGS, em janeiro de 1935, e prendeu os seus líderes.

Em Passo Fundo, nesse momento, a “agitação operária” também se fez presente, não através de greves, mas através da organização e da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária.

6 A liga eleitoral proletária (LEP, 1934)

Com a volta do país ao regime constitucional, o Brasil se preparava para os pleitos de outubro de 1934, onde seriam escolhidos os deputados federais e as Assembléias Constituintes estaduais. Apesar de o Ministério do Trabalho proibir toda e qualquer atividade político-ideológica no seio dos sindicatos, a campanha pela eleição de líderes operários, nos âmbitos federal e estadual, mobilizou o operariado de todo o estado, o que permitiu um revigoramento da autonomia sindical e a conseguinte tentativa de se livrar da tutela do Estado (PETERSEN e LUCAS, 1992).

E foi em virtude desse clima de mobilizações políticas que a FORGS, visando lograr bons resultados nas eleições de outubro, criou em 16 de julho de 1934, em Porto Alegre, a Liga Eleitoral Proletária (LEP), uma agremiação filiada à linha revolucionária do PCB. A Liga Eleitoral Proletária, conforme o seu estatuto, seria administrada por

uma direção composta por sete membros⁴ e apresentava-se aos trabalhadores explorados e oprimidos para defender o seu programa de luta de classes (Ibid.).

A LEP comprometia-se, por intermédio dos seus candidatos, a pleitear todas as reivindicações políticas e econômicas dos trabalhadores, tais como: aumento de salários e diminuição de horas de trabalho; trabalho e salário iguais para ambos os sexos; caixas de aposentadorias e pensões custeadas pelo governo e patrões dirigidas e controladas por trabalhadores; assistência hospitalar gratuita para o trabalhador e sua família; proibição do trabalho para os menores de 18 anos; licença maternidade de 60 dias após o parto, com salário integral, assistência médica e garantia no emprego, dentre outras. Dentre as reivindicações políticas estavam: direito de voto aos marinheiros, soldados e analfabetos; igualdade de direitos para todas as raças exploradas e oprimidas (negros e índios); livre manifestação de pensamento pela palavra escrita e falada; direito de reunião e de greve; abolição da lei dos 2/3 e de expulsão de operários estrangeiros por questões sociais; liberdade e volta imediata de todos os presos deportados por questões sociais; sindicalização independente; existência legal e pública do PCB, da Confederação Geral do Trabalho e de todas as organizações proletárias revolucionárias (Ibid.).

Em Passo Fundo, a aproximação da Sociedade Operária Beneficente e da Liga Proletária Rio-Grandense com a FORGS ocasionou a coalizão dessas duas entidades em prol da criação de um Comitê local da Liga Eleitoral Proletária. Dessa forma, no dia 6 de agosto de 1934, em uma concorrida assembléia realizada na sede da Sociedade Operária, foi instalada a Liga Eleitoral Proletária e escolhido o respectivo Comitê a fim de sufragar os candidatos que serão indicados pela FORGS. O presidente do Comitê de Passo Fundo, João Junqueira Rocha, abrindo a sessão, explicou que os fins da Liga eram os de utilizar o voto como arma de combate e a tribuna parlamentar como instrumento de propaganda em defesa da classe trabalhadora. Deixando clara a sua orientação política, disse que “não tinha ilusões a respeito da tapeação legislativa, pois estava convencido que a sorte dos operários só poderia ser melhorada com a implantação do socialismo pela ditadura do proletariado. Mas, enquanto não chegava o grande dia, aconselhava a qualificação eleitoral porque o título é uma arma e,

⁴ Secretário Geral: Policarpo Hibernon Machado; Secretários: Ângelo Plastina, Carlos Gloger, Leopoldo Machado e Arnaldo Teixeira; Tesoureiro Geral: Moacyr Vaniere; Tesoureiro Auxiliar: Geraldo Teixeira.

nesta luta de vida ou morte, nenhuma arma podia ser dispensada” (*O NACIONAL*, 7 ago. 1934).

Durante o mês de agosto, os trabalhos do Comitê da LEP de Passo Fundo prosseguiram ativamente. Em uma reunião, realizada no dia 9 do corrente mês, decidiu-se pela criação de vários núcleos de propaganda na cidade e no interior do município, além da realização quinzenal de assembléias de massa (*O NACIONAL*, 11 ago. 1934).

No dia 4 de setembro, chegou a Passo Fundo a famosa “Caravana Operária”, que percorria o estado difundindo a propaganda da Liga Eleitoral Proletária. Composta por Polycarpo Hibernon Machado (presidente da FORGS), Ângelo Plastina, Leopoldo Machado e Euclydes Souza, a Caravana foi recebida na estação ferroviária pelas diretorias das organizações locais e conduzida ao Hotel Avenida, onde se hospedaram. Em seguida, os membros da Caravana dirigiram-se à sede da Sociedade Operária, onde teve início o primeiro comício, presenciado por uma numerosa massa popular que ultrapassava a porta da entidade e chegava até a calçada (*O NACIONAL*, 5 set. 1934). No dia seguinte (dia 5), houve o segundo comício da Caravana Operária na sede da Sociedade Operária.

Posteriormente, como seus candidatos, a Liga Eleitoral Proletária definiu os seguintes membros: para deputados federais: Ângelo Plastina, Fernando Souza do Ó, Theodoro Joahonson, Moacyr Varbieri, Alvaro Nascimento Campos, Arnaldo Teixeira, Eralito Coco, José Lopes de Carvalho, Abílio Fernandes, Oclides Pereira Pontes; para deputados estaduais: Policarpo H. Machado, Leopoldo Machado Soares, Agostinho Claro de Carvalho, Universina Torres Tatsch, Geminiano Candiota Xavier, Santos Sores, Murilo Vale Machado, João Junqueira Rocha, Amâncio Cabreira, Agostinho Lenuzza, Alfredo Hohendorf, Abrelino Cruz, Elpidio Santos, Percy de Abreu Lima, Antonio Fiesck, José Pinho (*O NACIONAL*, 10 out. 1934). Contudo, a LEP não logrou êxito nas eleições de outubro.

7 A união geral dos trabalhadores de Passo Fundo (1935)

Em uma assembléia geral realizada no dia 19 de fevereiro de 1935, na sede da Sociedade Operária, foi fundado, por iniciativa de mais de setenta trabalhadores, a União Geral dos Trabalhadores de Passo Fundo. A recém-criada associação tinha o objetivo econômico de “propiciar aos seus sócios melhores dias de vida, seguindo uma orientação absolutamente proletária e acatando, intransigentemente, a sobe-

rania das assembléias, cujas resoluções serão executadas pela Comissão Executiva” (*O NACIONAL*, 25 fev. 1934, p. 4).

Dentre os seus membros, a União Geral dos Trabalhadores abrigou uma ala comunista dissidente. Mas apesar das diferenças, a União Geral dos Trabalhadores, a Sociedade Operária e a Legião Proletária aglutinaram-se em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Contudo, a União Geral dos Trabalhadores, a exemplo da ANL, teria uma duração efêmera. No dia 21 de setembro de 1935, a entidade foi fechada pela polícia, “por se tratar de uma sociedade ‘nitidamente’ comunista” (*O NACIONAL*, 21 set. 1935, p. 6).

8 A aliança nacional libertadora (ANL, 1935)

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), a exemplo da Ação Integralista Brasileira (AIB), também teve grande abrangência nacional e se tornou bastante expressiva, produzindo grande mobilização no país. A ANL foi lançada a 30 de março de 1935, em um grande comício realizado no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. Nesta ocasião, o nome de Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL (VIANNA, 2003).

Totalmente divergente da AIB, a Aliança Nacional Libertadora defendia propostas anti-fascistas, antiimperialistas e anti-latifundiárias, congregando comunistas, socialistas e importantes lideranças civis e militares (muitos oriundos dos setores tenentistas e liberais) desiludidas com o rumo que havia assumido o processo revolucionário iniciado em 1930 (PANDOLFI, 2003). Aliás, como lembra-nos Boris Fausto (2006, p. 197), “o programa básico da ANL tinha um conteúdo nacionalista e nenhum dos seus cinco itens⁵ se dirigia especificamente aos problemas operários”.

Em poucos meses, a Aliança Nacional Libertadora ganhou bastante projeção. Com centenas de núcleos espalhados em diversas cidades do país, sendo a maioria no Rio de Janeiro, a ANL rapidamente conseguiu a adesão de milhares de simpatizantes. Nesse sentido, paralelamente ao fenômeno que se constituiu a expansão da ANL, Luiz Werneck Vianna (1989) ressalta que tal momento coincidirá com um brusco enfraquecimento do sindicalismo oficialista, verificando-se no

⁵ 1) a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; 2) a nacionalização das empresas estrangeiras; 3) a reforma agrária; 4) a garantia de liberdades populares; 5) a constituição de um governo popular.

país, em 1935, um decréscimo de 73% nas organizações sindicais reconhecidas.

Coincidentemente ou não, nessa mesma época, os sindicatos oficiais também perderam força em Passo Fundo. No caso do Sindicato dos Contabilistas, este fechou suas portas, por decisão dos próprios sindicalistas, antes mesmo da instalação da ANL na cidade. Já no caso do Sindicato dos Agentes Auxiliares do Comércio, certamente não se tratou de uma mera coincidência. O indício disso foi a organização aliancista de um núcleo dos empregados no comércio.

Em Passo Fundo, as primeiras reuniões visando à fundação de um núcleo aliancista na cidade começaram em maio, mais exatamente em um domingo, dia 19 de maio de 1935. Neste dia, pela manhã, vários interessados no assunto reuniram-se no escritório do advogado Verdi De Cesaro para tratar das providências para a instalação de um núcleo da ANL nesta cidade.

Nesses momentos iniciais, a ANL despertava o interesse dos passofundenses, que se dirigiam até a sua sede em busca de material de propaganda e, sobretudo, da carta de adesão de Luis Carlos Prestes.

Ainda em seu processo de gestação, o núcleo aliancista de Passo Fundo recebeu uma considerável quantidade de adesões, que, no início de junho, já ultrapassavam duas centenas de militantes de ambos os sexos. Em virtude desse sucesso, a Comissão Provisória de Organização, de acordo com a orientação da direção central do Rio de Janeiro, estabeleceu, em vários pontos da cidade e do município, pequenos núcleos para arregimentar os filiados. Também ficou estabelecido que seriam criados, paulatinamente, núcleos distritais (formados pelos moradores de um mesmo distrito), núcleos profissionais (formados por pessoas de uma mesma profissão, repartição, quartel, fábrica, empresa ou escritório comercial), núcleos de uma mesma associação de classe, desportiva, religiosa, cultural ou beneficente, núcleos escolares (formado por pessoas de uma mesma escola) e núcleos rurais (formados por aderentes de uma mesma fazenda) (*O NACIONAL*, 5 jun. 1935). Todos estes núcleos seriam subordinados ao Diretório Municipal.

Poucos dias depois seria constituída a direção da ANL em Passo Fundo: Presidente: João Junqueira Rocha (advogado); Vice-presidente: Eugenio Zanin (comerciante); Secretário-geral: Verdi De Cesaro (advogado); Secretário: Joaquim Musa (professor); Tesoureiro: Eduardo Barreiro (hoteleiro); Delegados de propaganda: Donato Luiz da Silva e Theobaldo Fleck (marceneiros) (*O NACIONAL*, 17 jun. 1935, p. 4).

A organização da ANL em Passo Fundo estava sendo feita com entusiasmo e recebeu inúmeras adesões. Também surgiram diversos outros núcleos, inclusive com uma considerável participação feminina. Aliás, de certa forma, tanto a ANL, quanto a AIB e a Liga Eleitoral Católica Feminina consolidariam a participação política das mulheres na cidade, embora elas enfrentassem o machismo, manifestado em artigos e charges dos jornais locais, e que esta participação tenha sido interrompida com o golpe de 1937.

A 27 de junho de 1935, às 20h30min, no salão da Sociedade Operária, foi, enfim, oficialmente instalada a Aliança Nacional Libertadora em Passo Fundo.

Naquela conjuntura, o país vivia um conturbado clima político-social, pois, além da intensa mobilização social, via greves, vivia-se sob permanentes boatos de conspirações golpistas contra Vargas. E esses boatos não incluíam apenas o PCB, mas também os setores militares descontentes. E foi em virtude desse clima que, em abril de 1935, o Congresso aprovou a Lei de Segurança Nacional. Essa lei previa, entre outras medidas antidemocráticas, a censura dos meios de comunicação, a intervenção nos sindicatos considerados suspeitos e a prisão de militares indisciplinados.

Nesse contexto, não tardaria para o governo colocar a ANL na ilegalidade. O fechamento da ANL ocorreu no início de julho, após os comícios ocorridos no dia 5. Entretanto, os comícios da ANL programados para esta data não ocorreram como esperavam os aliancistas, pois a intervenção policial se fez presente. No Rio de Janeiro, a polícia efetuou várias prisões e, alegando falta de local, o comício não ocorreu, limitando-se a uma sessão comemorativa na sede da ANL, durante a qual foi inaugurado um retrato de Luís Carlos Prestes. Em Porto Alegre, o comício foi realizado no Theatro São Pedro, mas antes a polícia revistou o teatro, que estava lotado (*O NACIONAL*, 6 jul. 1935).

Em Passo Fundo, o comício seria realizado na Praça Marechal Floriano, entretanto, pela manhã, o Cel. Comandante do 3ª RCBM e o Delegado de Polícia notificaram os srs. João Junqueira Rocha e Verdi De Cesaro que o interventor do estado, Flores da Cunha, havia proibido qualquer comício ou passeata da ANL. Diante dessa proibição, o Diretório aliancista municipal resolveu realizar o comício na sede da Sociedade Operária, que esteve completamente lotada.

De qualquer forma, os comícios de 5 de julho foram a “gota d’água” para o governo decidir a fechar a ANL e, nesse sentido, o

pretexto foi um manifesto de Luís Carlos Prestes, lido, nesta ocasião, pelo então estudante comunista Carlos Lacerda.

As articulações do governo foram imediatas e, no dia 12, numa sexta-feira, o governo decretou o fechamento de todos os núcleos da ANL no país por seis meses, pois ela estava incidindo as sanções da Lei de Segurança Nacional. Tal decreto fundamentava-se na alegação de que a ANL estava desenvolvendo uma altíssima propaganda subversiva da ordem pública e social existente.

Aquele final de semana (dias 13 e 14) seria marcado pelo cumprimento da ordem de fechar as sedes aliancista pelo país. Em Passo Fundo, no sábado à noite, a diretoria da ANL local foi notificada pelo Cel. Jorge Pelegrino Castiglione, comandante do 3^a Regimento da Brigada, de que, por ordem do governo federal, foram fechadas por seis meses as sedes da ANL em todo o território nacional e que, portanto, ficava absolutamente interdita a sede do núcleo desta cidade (*O NACIONAL*, 15 jul. 1935).

O fechamento da ANL provocou reações em todo o país, esquentando o clima político. Houve acalorados debates na Câmara dos Deputados, além de inúmeros protestos, manifestações e ameaças de greves gerais em vários pontos do país (reprimidas pelo governo). Em seguida, iniciaram-se as acusações de comunismo. A partir daí, começaram as prisões contra comunistas, aliancistas, líderes sindicais e militantes democratas.

Em Porto Alegre, o presidente do Diretório Estadual da ANL, Dionélio Machado, foi preso e condenado a 10 meses de prisão, mas foi solto, através de um *habeas-corpus*, em novembro. Em Passo Fundo, as prisões contra membros do núcleo aliancista local só seriam efetuados após os levantes de novembro.

Na clandestinidade, a ANL esvaziou-se e, a partir daí, Prestes e o PCB passaram a dominar a organização. Em agosto, a organização intensificou os preparativos para a deflagração de um movimento armado cujo objetivo era derrubar Vargas do poder e instalar um governo popular, chefiado por Luís Carlos Prestes (PANDOLFI, 2003).

9 Os levantes de novembro de 1935 e as suas repercussões em Passo Fundo

Deflagrados em Natal, no dia 23 de novembro, em Recife, no dia 24, e no Rio de Janeiro, no dia 27, os levantes, que tiveram diferenças marcantes, foram rapidamente e violentamente reprimidos e

ficaram conhecidos, para alguns, como “Insurreição Comunista” ou, para outros, como “Intentona Comunista”.

Embora boa parte da historiografia considere esses levantes comunistas, essa visão não é uma unanimidade. Por exemplo, para Marly Vianna (2003), os movimentos desencadeados em novembro de 1935 foram a última manifestação da rebeldia tenentista, o que se evidencia tanto nos objetivos do movimento quanto na forma de luta escolhida e, inclusive, na própria composição dos movimentos, cuja esmagadora maioria era de militares.

Segundo a mesma autora, apesar da participação de comunistas, a insurreição não teve sequer um caráter socialista, pois a plataforma do movimento era a dos tenentes, sobretudo os ligados aos ideais aliancistas - de luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia.

Contudo, o que nos interessa aqui são as conseqüências político-sociais que tiveram esses movimentos para a história do país. Depois desses episódios, o Brasil enfrentou uma forte repressão - não só contra os comunistas, mas contra todos os considerados opositores ao regime. Assim, os levantes de novembro acabaram servindo de pretexto para o fechamento do regime. A partir de então, o Congresso passou a aprovar uma série de medidas, como o estado de sítio e o estado de guerra, outorgando poderes praticamente ilimitados ao Executivo.

Como era de se esperar, a onda repressiva também se fez presente no movimento operário e sindical. Segundo Ricardo Antunes (2003, p. 48), “muitos líderes sindicais e operários foram presos, deportados e mortos e os sindicatos combativos foram sumariamente fechados”. Dessa maneira, parafraseando Edgard Carone, para o operariado, o Estado Novo começou em 1935.

Em Passo Fundo, a repressão não tardou a chegar, sobretudo aos comunistas. Assim, no dia 1^a de dezembro, foram presos João Junqueira Rocha, Eduardo Barreiro e Pedro Ferrão Teixeira, acusados de comunistas. No dia seguinte também seriam presos, sob a mesma acusação, Jonathas Diniz, João Muniz e José Mendonça Telles. Todos ficaram detidos na cadeia civil, exceto Junqueira Rocha, que, por ser presidente da OAB na cidade, além de um cidadão influente, ficou detido na sede da prefeitura. Em seguida, todos, exceto João Muniz, que provou sua inocência, foram transferidos a Porto Alegre. Nessa viagem, os detidos viajaram na segunda classe, exceto Junqueira Rocha, que viajou na primeira (*O NACIONAL*, 2 e 3 dez. 1935).

Em menos de uma semana todas essas pessoas já estavam soltas, mas a repressão continuava na cidade. No dia 8 de dezembro, a polícia prendeu mais dois cidadãos acusados de possuírem “idéias extremistas”: tratava-se de João Roma e Eduardo Zanin. Ambos também foram remetidos a Porto Alegre (*O NACIONAL*, 9 e 13 dez. 1935). Contudo, devemos salientar que inúmeras outras pessoas também foram detidas.

Nessa época, convém ressaltar que a cidade vivia sob um clima de delação que atemorizava boa parte da população. Além disso, o período foi marcado também pelo cerceamento das liberdades individuais. Por exemplo, para um indivíduo poder simplesmente viajar, para realizar algum encontro coletivo, dentre outras coisas, era obrigatória a autorização do delegado local.

Ademais, em Passo Fundo também houve o combate às lideranças operárias consideradas “extremistas”, como foi o caso, por exemplo, de João Junqueira Rocha. A 13 de abril de 1936, após a realização do comício eleitoral da Sociedade Operária, Junqueira Rocha foi reeleito, quase unanimemente, presidente da entidade, mas, no dia 15, foi preso e enviado a Porto Alegre (*O NACIONAL*, 14 e 16 abr. 1936).

Portanto, desde o final de 1935, o país passou a viver sob a égide de uma repressão implacável que tornava qualquer tipo de resistência praticamente impossível. Tal conjuntura foi favorecida pelo fato do Congresso ter aprovado quase⁶ todas as medidas solicitadas pelo Poder Executivo, outorgando-lhe, dessa forma, um poder praticamente ilimitado. A partir de então, o caminho estava aberto para golpe de Estado.

Entretanto, paradoxalmente, apesar dessa época caracterizar-se pela intensa repressão, em Passo Fundo ocorreram algumas greves.⁷ E para realizar esses movimentos, em um contexto tão complicado, os grevistas souberam se “virar”, adotando estratégias.

10 A consolidação do sindicalismo oficial em Passo Fundo e a hegemonia do círculo operário passofundense (1937-1945)

Segundo Ângela Araújo (1996, p. 25), “os dados disponíveis – tanto nas fontes oficiais quanto na imprensa operária dos anos 1930 –

⁶ Em julho de 1937, o Congresso não renovou o estado de sítio solicitado por Vargas.

⁷ Nessa época eclodiu a greve dos ferroviários, em fevereiro de 1936; a greve da carne, em novembro de 1936 (em virtude do alto preço deste gênero); e a greve dos marceneiros, em fevereiro de 1937.

mostram que, em 1935, o sindicalismo corporativo já estava implantado na maioria dos estados da Federação e nos maiores centros urbanos do país”, demonstrando a eficácia dos mecanismos adotados pelo Ministério do Trabalho (benefícios aos sindicatos oficiais, participação política aos líderes de sindicatos legalizados, etc.).

Soma-se a essas estratégias do Ministério do Trabalho a repressão empreendida contra o sindicalismo autônomo. Nesse sentido, a partir de 1935, sobretudo a partir da gestão Agamenon Magalhães na pasta do Trabalho, a retomada da política repressiva, e num ponto até então inédito no que se refere à classe operária, atuará no sentido de ampliar o número dos enquadramentos (VIANNA, 1989).

Assim, a escolha de Agamenon para o Ministério do Trabalho teve um amplo sentido: a partir de então, não mais haveria competição entre propostas concorrentes, nem lutas nos sindicatos ou nas ruas, pois a repressão ao comunismo tornaria inviável qualquer tipo de ação independente surgida do interior da classe trabalhadora (GOMES, 2005). Dessa forma, instituiu-se a lógica da política “*do*” sindicato em detrimento da política “*no*” sindicato.

O ano de 1935 também representaria uma aproximação do Estado com a Igreja, sobretudo no combate ao comunismo, que culminou com o respaldo de Waldemar Falcão, sucessor de Agamenon na pasta do Trabalho a partir de 1937, à proposta circulista da Igreja Católica. Entretanto, no Rio Grande do Sul o projeto circulista já vinha sendo implantado, com sucesso, desde o início da década de 1930.

Assim, no Rio Grande do Sul, a ação circulista – que demonstrava uma posição de similitude ideológica com o Estado, especialmente no período do Estado Novo – foi decisiva para vários sindicatos obterem seu reconhecimento, uma vez que os Círculos tiveram uma posição privilegiada na política oficial do Ministério do Trabalho porque representavam, realmente, uma poderosa cooperação na organização sindical do Brasil (DIEHL, 1990).

De fato, em 1937, antes do golpe de 10 de novembro, João Latuada, representante do Ministério do Trabalho, juntamente com representantes circulistas, percorreu o estado, principalmente em regiões sem tradição industrial, visando organizar e fundar sindicatos. Dessa maneira, em Passo Fundo, o Círculo Operário foi fundamental para o sucesso da política de sindicalização empreendida pelo governo federal, pois até então, não havia nenhum sindicato reconhecido na cidade.

E foi com esse objetivo - de instalar sindicatos oficiais em Passo Fundo - que chegaram a Passo Fundo, em 3 de abril de 1937, o deputado classista Carlos Santos, o líder trabalhista de Porto Alegre João Romaguera e o representante do Ministério do Trabalho João Latuada. Os três foram recepcionados no Círculo Operário e, em um discurso pronunciado por Latuada, no dia seguinte, na Praça Marechal Floriano, ficaram claros os seus objetivos na cidade: após o seu discurso sobre o sindicalismo, Latuada disse que “quando regressar a Porto Alegre vai deixar, pelo menos, três sindicatos organizados na cidade” (*O NACIONAL*, 5 abr. 1937, p. 4).

Visando cumprir os seus objetivos, no dia seguinte - 5 de abril -, na sede do Círculo Operário, realizou-se uma reunião com o intuito de serem organizados os sindicatos na cidade. Nesta reunião, presidida pelo deputado classista Carlos Santos, que contou com a presença de lideranças circulistas locais, do comunista João Junqueira Rocha e outros diretores da Sociedade Operária, ficou resolvida a fundação de três sindicatos: o Sindicato dos Operários de Panificação e Classes Anexas (Padeiros), o Sindicato dos Operários Metalúrgicos e o Sindicato dos Trabalhadores de Madeiras e seus artefatos (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 6 abr. 1937; *O NACIONAL*, 7 abr. 1937).

No dia 7, foi realizada uma reunião para a eleição das primeiras diretorias dos três sindicatos recém fundados, cujos primeiros presidentes foram: Eugenio Dossa, no Sindicato dos Trabalhadores da Madeira e seus Artefatos; Antonio Silveira Flores, no Sindicato dos Padeiros; e Atilio Zolet, no Sindicato dos Metalúrgicos (*DIÁRIO DA MANHÃ*, 7 abr. 1937).

João Latuada retornou, no dia 9 de abril, à capital do estado tendo cumprido a sua missão. Porém, Latuada voltaria a Passo Fundo, em julho do mesmo ano, para fundar mais um sindicato na cidade: o Sindicato dos Empregados no Comércio, cujas bases já haviam sido lançadas quando da sua última estadia na cidade.

Nesta ocasião, além de Latuada, também veio à cidade João Baptista Rodrigues, presidente da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul. Ambos, que estavam percorrendo o estado tratando da organização de sindicatos de classe e debatendo-se pelos ideais circulistas, vieram de Boa Vista do Erechim, onde trataram da organização e fundação, com a cooperação do Círculo Operário local, de quatro sindicatos.

Assim, em 8 de julho de 1937, foi fundado o Sindicato dos Empregados no Comércio. Portanto, os quatro primeiros sindicatos

oficiais em Passo Fundo foram fundados não pela iniciativa dos trabalhadores, mas pela ação do Ministério do Trabalho e da Federação dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul, permanecendo, desde então, sob a sua égide. Apesar de ter se tratado de uma “sindicalização pelo alto”, estes sindicatos lograram êxito e atraíram os trabalhadores locais para os seus quadros associativos.

Já os próximos sindicatos que seriam fundados na cidade o foram por iniciativa dos próprios trabalhadores, embora também tenham contado com o decisivo apoio burocrático do COPF e do Ministério do Trabalho. Assim, quase todos acabaram entrando na órbita do Círculo Operário Passofundense e por ele foram tutelados.

Nessa época, o primeiro sindicato organizado pelos próprios trabalhadores foi o Sindicato Passofundense dos Bancários, fundado no dia 26 de julho de 1937, após uma reunião dos bancários locais realizada na Sociedade Italiana (*O NACIONAL*, 26 jul. 1937).

Em 1938, já na vigência do Estado Novo, a “onda” de sindicalização continuou na cidade. Além da fundação, em maio, do Sindicato dos Alfaiates, alguns meses antes - em fevereiro - fora fundado o Sindicato dos Barbeiros e Cabeleireiros.

Se entre 1937-1938 foram fundados sete sindicatos, o período 1939-1945 viria surgir, pelo menos, mais três: o Sindicato dos Gráficos (1939), o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário e, pela segunda vez, o Sindicato dos Contabilistas (1945).

No entanto, o fundamental aqui é destacar que o período 1937-1945 seria caracterizado pela hegemonia do Círculo Operário no movimento operário e sindical de Passo Fundo, que, além de desenvolver atividades assistenciais, como a educação e o atendimento médico e hospitalar, manteve sob a sua égide os sindicatos locais. Aliás, convém lembrar que quase todos os sindicatos passofundenses localizavam-se anexados à sede do COPF.

Sem dúvida, a partir da ação do Círculo Operário, o movimento operário e sindical em Passo Fundo passou a viver sob a égide não só da Igreja Católica, mas também do Ministério do Trabalho, o que proporcionou o sucesso do sindicalismo corporativista na cidade. Ao mesmo tempo, os antigos líderes, sobretudo os comunistas, foram reprimidos e afastados dos seus cargos diretivos e todas as associações autônomas foram fechadas - exceto a tradicional Sociedade Operária Beneficente, que continuou funcionando de uma maneira apolítica até

que um incêndio, em janeiro de 1945, em sua sede praticamente a condensasse à extinção, o que ocorreu posteriormente.

Dessa forma, em Passo Fundo, como no país, de uma maneira geral, a partir de 1935, acentuando-se em 1937 e perdurando até 1942/1944, os trabalhadores vivenciaram uma época em que as mobilizações foram em um número reduzido.

No entanto, a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, teve início as primeiras fissuras do Estado Novo, o que proporcionou as articulações da oposição e as manifestações em prol da volta do regime democrático. Paralelamente às manifestações democráticas, a partir de 1944, começaram a eclodir algumas greves pelo país, que se tornaram mais abundantes e freqüentes a partir do ano seguinte. Essas greves foram favorecidas pelo momento em que vivia o país: além do enfraquecimento do sistema repressivo do Estado Novo, o Brasil, no geral, vivia um período de crescimento inflacionário em virtude da guerra, enquanto os trabalhadores enfrentavam o arrocho salarial e os esforços de guerra.

Dentre as várias greves que pipocaram no decorrer do ano de 1945 em todo o território nacional, o Rio Grande do Sul testemunhou alguns movimentos paredistas. Dentre eles, duas greves gerais que atingiram várias cidades: a greve dos ferroviários e a greve dos bancários, que, inclusive, atingiu Passo Fundo.

Portanto, ao mesmo tempo em que a ampla frente democrática contra o Estado Novo chegava ao seu auge, no primeiro semestre de 1945, o movimento operário e sindical começou a se rearticular, organizando algumas intersindicais (dentre elas o Movimento Unificador dos Trabalhadores - MUT -, organizado por lideranças comunistas, em abril de 1945, à revelia da legislação), e vivendo uma época de relativa autonomia. No entanto, após o general Eurico Gaspar Dutra assumir a Presidência e alinhar-se incondicionalmente aos Estados Unidos, o Brasil entrou na Guerra Fria, em 1947, o que representou, além da perseguição aos comunistas, uma nova fase de repressão ao sindicalismo.

11 Considerações finais

Embora haja indícios da presença e/ou passagem de militantes anarquistas e socialistas em Passo Fundo durante a República Velha, devido à falta de fontes é muito difícil aprofundarmos o estudo do movimento operário na cidade neste período. Ademais, os indícios demonstram que as associações operárias passofundenses, desta época,

eram apolíticas. No entanto, isso não significa dizer que os trabalhadores urbanos de Passo Fundo não se organizaram nessa época.

A partir da década de 1930, após a implantação da legislação trabalhista e sindical, o movimento operário e sindical em Passo Fundo entraria em uma nova fase, repleta de variáveis. Ainda no início dos anos 1930, militantes comunistas criaram associações autônomas e assumiram a direção da Sociedade Operária Beneficente, até então uma entidade mutualista, recreativa e apolítica. Ao mesmo tempo, houve as primeiras articulações para a criação dos primeiros sindicatos oficiais. Nessa conjuntura caracterizada pela franca disputa ideológica nos sindicatos, os primeiros sindicatos oficiais não lograram êxito, ao contrário das associações autônomas, que angariaram muitos trabalhadores locais para as suas fileiras, sobretudo por lutarem pelo cumprimento das leis trabalhistas, que eram boicotadas pelo empresariado passofundense.

Entretanto, a partir de 1935, o governo empreendeu uma repressão implacável contra todos os que eram considerados opositores ao regime, sobretudo aos comunistas. Assim, sem concorrência, o caminho estava aberto para o sindicalismo oficial.

Particularmente no Rio Grande do Sul, o Ministério do Trabalho contou com o decisivo apoio da Igreja Católica, que, através dos Círculos Operários, percorreu o estado, principalmente nas regiões sem tradição industrial, visando organizar e fundar sindicatos. Dessa forma, após a visita do representante do Ministério do Trabalho João Latuada, juntamente com representantes circulistas, em abril de 1937, foram fundados três sindicatos oficiais em Passo Fundo. A partir de então, consolidou-se o sindicalismo oficial e o circulismo tornou-se o ideário hegemônico nas associações dos trabalhadores locais.

Entre os anos de 1937 a 1945, foram fundados mais alguns sindicatos, que lograram um relativo êxito e atraíram os trabalhadores locais para os seus quadros associativos. Portanto, em uma cidade onde a classe patronal, com algumas exceções, insistia em não cumprir a legislação trabalhista, a sindicalização oficial foi o caminho escolhido, sobretudo porque os trabalhadores sindicalizados teriam direitos às benéficas sociais.

De qualquer forma, resgatar a história dos trabalhadores passofundenses e seus sindicatos é resgatar a própria história sociopolítica da cidade, oportunizando fazer fluir documentações e personagens sociais até então pouco visualizados. E mais, quem sabe também não será um campo fértil para o surgimento de outras pesquisas acerca do tema, uma vez que há ainda algumas lacunas a serem preenchidas.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. **O que é sindicalismo**. 18ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H.; FRY, P. (Orgs.). **Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 9-29.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2. p. 213-240.

DIEHL, Astor Antônio. **Círculos operários no Rio Grande do Sul (1932-1964)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

_____. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

KONRAD, Diorge Alceno. Operários no Rio Grande do Sul (1930-1937): conflitos entre identidade nacional e identidade de classe. In: CEM (Org.). **Os trabalhos e os dias: ensaios de interpretação marxista**. Passo Fundo: UPF, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: 2003.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 13-39.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Maria Elizabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicatos no Brasil**. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 2, p. 63-106.

Alessandro Batistella
E-mail: alessandrobattistella@yahoo.com.br

Artigo recebido em outubro/2008.
Aprovado em novembro/2008.